

A reforma do Código Florestal



***ALDO REBELO** – Deputado Federal e relator do projeto que modifica o Código Florestal.

A Seção Ponto de Vista apresenta três posicionamentos referentes à reforma do Código Florestal, na fase de discussão e após a votação na Câmara dos Deputados.



***MAURO ARMELIN** – Coordenador de Políticas Públicas e do Programa Amazônia do WWF-Brasil.



****PAULO TEIXEIRA** – Deputado Federal e líder do PT na Câmara dos Deputados.

Revista: Quais são os maiores prejuízos para o meio ambiente, caso seja aprovado o projeto do novo Código Florestal?

Aldo Rebelo: A reforma do Código Florestal brasileiro é necessária e urgente para garantir a harmonia entre a preservação do meio ambiente e a exploração econômica sustentável do território nacional. São

as duas vertentes da jurisdição ambivalente da lei e nenhuma deve ser mais valorizada nem prejudicar a outra.

Mauro Armelin: Um dos maiores prejuízos é uma evidente redução das áreas de reserva legal e das APPs, sem necessidade e de forma indiscriminada, uma vez

* Convidados entrevistados antes da votação da reforma do Código Florestal.

** Convidado entrevistado após a aprovação do Código Florestal na Câmara dos Deputados.

que já existem ferramentas para fazer essa redução com o zoneamento ecológico econômico, sem ser preciso revisão da lei. O caso das APPs é mais grave ainda, uma vez que não se trata apenas de preservação ambiental, mas, sim, de segurança para toda a população. Veja: a construção de uma casa em um topo de morro e o consequente desmatamento evidenciam um grande prejuízo não só para o meio ambiente, mas também para a população da área de encosta, sendo que a diminuição das reservas legais também ocasiona a conectividade dos fragmentos rurais e de floresta, excluindo a formação de corredores ecológicos, que são extremamente importantes para conservar a biodiversidade, uma vez que os animais irão transitar por ali.

Paulo Teixeira: Da forma como está hoje, com a Emenda 164 aprovada na Câmara, o novo Código traria danos profundos à nossa biodiversidade. Técnicos do Ministério do Meio Ambiente avaliam que, com as regras previstas pela Emenda 164, aproximadamente 40 milhões de hectares desmatados não teriam mais de ser recuperados. Além disso, as regras abrem caminho para que mais 60 milhões sejam desmatados.

Ou seja, 100 milhões de hectares da biodiversidade de nossa flora estão sob risco com a Emenda 164.

Importante destacar que a abundância de água em nosso território é um dos nossos diferenciais competitivos em relação a outros grandes produtores agrícolas no mundo.

Revista: Por que a manutenção das regras do atual Código Florestal não beneficia ruralistas e agricultores?

Aldo Rebelo: O Código Florestal, original de 1934 e já reformado em 1965, recebeu numerosas alterações, introduzidas na surdina, sem nenhum debate, até por medida provisória, que adulteraram sua vocação legislativa de conservar o ambiente e viabilizar a agropecuária. O esforço atual é para modernizá-lo e permitir que continuemos a ser o País que mais conservou suas matas nativas, a par de desenvolver uma agropecuária pujante, que concorre com a altamente subsidiada, mas decadente, dos países industrializados.

Mauro Armelin: O Código, seja como for, sempre vai beneficiar uns e deixar de beneficiar outros, aliás, como toda regulamentação. A lei protege uns e prejudica outros. O fato de o cidadão ter que abrir mão de seus direitos legais, em alguns casos, evidencia um prejuízo

para ele e uma proteção para outros. Por exemplo: eu não tenho direito de recusar a ter minha carteira assinada para ganhar um melhor salário. Então, tudo tem uma parte boa e outra ruim. O Código, em si, não prejudica ninguém, ele simplesmente regulamenta, e assim o faz pensando em um bem maior, que é o meio ambiente para a nação, ou simplesmente, para cada indivíduo. A proteção dos nossos mananciais, que abastecem nossas cidades com água, não é um problema somente do indivíduo, mas um problema da nação.

Paulo Teixeira: É consenso que o atual Código Florestal, de 1965, precisa de algumas atualizações. Todas as lavouras tradicionais de café, maçã, uva e arroz, por exemplo, estavam irregulares, segundo o atual código.

No entanto, acreditamos que essa mudança tem de ser feita com a calma e serenidade que o tema merece, para que tenhamos um Código Florestal à altura de nossa condição natural de potência agrícola e ambiental.

Revista: A implantação de APPs inviabiliza a agricultura?

Aldo Rebelo: As áreas de proteção permanente são o melhor exemplo da vocação ambivalente da lei florestal. Não podem ser tão pequenas que deixem de cumprir sua função ecológica nem tão grandes que ultrapassem aquela função e terminem por confiscar áreas agrícolas, sobretudo da pequena propriedade, cujo tamanho médio é de 18 hectares. Metade das propriedades rurais do Nordeste tem menos de cinco hectares, e uma APP de 30 metros que protege um riacho temporário de meio metro de largura confisca boa parte da área de trabalho do camponês sertanejo.

Mauro Armelin: A implementação das APPs não inviabiliza a agricultura. O problema da APP é a área útil para trabalhar. Por exemplo, no caso de Minas Gerais, que tem muitas áreas com relevo acidentado, mesmo que se diminua a área útil para o plantio, não se terá, necessariamente, diminuição da produtividade. O risco de se eliminar a mata ciliar, que está na beira dos rios, é que, com as chuvas, se perde quantidades enormes de terra que cai no rio, assoreando-o e contaminando a água. Ou seja, a mata ciliar é simplesmente proteção e as APPs estão justamente nestas áreas, onde estão as nascentes. Assim, se há o desmatamento, sem proteção dessas áreas, o que vai acontecer? Daqui a 30 anos, os nossos rios vão estar ou contaminados ou assoreados ou até mesmo sem água. Assim, o que temos que fazer para compatibilizar a produção com a existência das

APPs talvez seja remunerar os serviços ambientais dos proprietários daquelas terras, ou destinar a eles novas áreas. Com certeza, isso é um problema da sociedade e efetivamente não vai ser solucionado com uma simples canetada.

Paulo Teixeira: Justamente o contrário, as Áreas de Preservação Permanente (APP), principalmente as de margem de rio, são a garantia da sustentabilidade de nossos recursos hídricos.

Revista: Quais as suas expectativas acerca da possibilidade de concessão de anistia para quem desmatou ilegalmente até o ano de 2008?

Aldo Rebelo: Nesse assunto, estou repetindo o chiste do Barão de Itararé: “Anistia é um ato pelo qual os governos resolvem perdoar generosamente as injustiças e os crimes que eles mesmos cometeram.” Mais de 90% dos agricultores foram postos na ilegalidade por leis de efeito retroativo. Estão obrigados a repor a cobertura nativa que derrubaram dentro da lei e até com incentivo do governo. As regras do passado viraram infração e até crime no presente. A regularização das propriedades vai fazer a justiça que a lei sequestrou.

Mauro Armelin: Hoje o Governo propõe a anistia do pessoal que promoveu desmatamento até o ano de 2008. Em 2015, vai anistiar o pessoal que desmatou até o ano de 2012; em 2020, quem desmatou até 2015. Quando é que vamos parar de brincar com as nossas leis e fazer com que elas sejam realmente cumpridas para todos? Dessa forma, nunca se consegue ver um Estado de direito, de fato, porque essa instabilidade legal atua de forma peçonhenta. O que o Governo quer fazer é exatamente isso: alterar o Código Florestal, impondo condições muito mais elásticas, muito mais relaxadas, continuando com o princípio da *lei que pega* e da *lei que não pega*. Ele quer tornar o Código Florestal como a lei que *não pegou*. Entendo que deve se proceder de forma contrária. Nós temos eventos em que o Código Florestal pode e deve ser aplicado, sem gerar prejuízo para a sociedade. Entendo que essa anistia começa a criar um ciclo vicioso, ano após ano. Todo mundo desmata e vem o Governo e perdoa a dívida. Se todos aqueles que promovem o desmatamento se comportarem dessa forma, esperando o perdão da dívida, imagine qual será o futuro do país!

Paulo Teixeira: Pela Emenda 164, apresentada pelo Deputado Paulo Piau (PMDB-MG) e aprovada – com voto contrário da bancada do PT – isso ocorre. Mas nosso partido continuará lutando contra essa emenda

no Senado. Se não conseguirmos derrubar essa vitória também no Senado, vou sugerir à presidenta que vete essa emenda.

Revista: Quando se fala em reforma do Código Florestal, os Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura andam em direções contrárias, faltando-lhes uma unidade de pensamento. O que pode ser feito para unificar os respectivos pontos de vista?

Aldo Rebelo: As duas Pastas fizeram várias reuniões e anunciaram que seus pontos de vista estavam unificados. Se ainda persistem vozes discordantes são de setores da burocracia ambiental associada a interesses estrangeiros que querem tolher nossa agricultura.

Paulo Teixeira: Historicamente, os Ministérios de Agricultura e Meio Ambiente têm visões opostas. Como líder da bancada do PT, trabalhei para que o governo tivesse uma posição única a respeito do Código Florestal. Construiu-se uma posição de governo que consegue atender às necessidades da produção agrícola brasileira, sem abrir mão de sua biodiversidade.

No entanto, o texto aprovado na Câmara está longe desse ponto de equilíbrio. Vamos continuar lutando no Senado, e depois, novamente na Câmara, para alcançar esse objetivo. Se não alcançarmos a vitória, já pedimos à presidenta da República para vetar os pontos críticos do relatório.

Revista: Há possibilidade de não haver mais reserva legal para pequenos agricultores?

Aldo Rebelo: As propriedades de até quatro módulos (de 20 a 440 hectares) manterão como reserva legal a mata remanescente que guardavam até 22 de julho de 2008, data da lei que definiu os crimes ambientais. Como já prevê o Código em vigor, essas áreas poderão ser somadas às de preservação permanente.

Revista: Quais as causas do desmatamento desenfreado que ocorre em nosso País?

Mauro Armelin: Talvez esse desmatamento tenha ocorrido dessa forma tão agressiva pelo fato de o Estado não estar presente nessas áreas. Se o Estado está presente, há configuração da fronteira do desmatamento, alterando o padrão. Um outro ponto, acredito, para o aumento do desmatamento é a indefinição fundiária, ou seja, os estados nos quais há maior desmatamento são os estados que têm grande

indefinição fundiária, o que é o caso do Pará, de Minas Gerais e do Mato Grosso. No Pará, hoje, para cada metro quadrado de terra, existem dez títulos diferentes. Esse desmando, esse desconhecimento sobre o proprietário da terra propicia o autoritarismo, a oportunidade dos mais fortes e ricos chegarem ao local afirmando que são os donos da terra, em detrimento dos mais fracos e pobres. E agindo dessa maneira, eles desmatam o máximo possível, colocam grandes quantidades de cabeças de gado por hectare, não se preocupando com o evidente prejuízo que irão causar, tais como a compactação do solo, a degradação da pastagem e o desmatamento acelerado com as extensas plantações de soja. Dessa forma, portanto, fica evidente que a indefinição fundiária causa essa agressividade por parte do grileiro, do posseiro ou daquele que se intitula dono da área. O terceiro ponto tem a ver com a investigação fundiária, ou seja, por mais que tenhamos sistemas avançados de detecção de desmatamento por satélite, não existe ainda um sistema como os nossos pardais

eletrônicos aqui em Brasília. Aqui, se um indivíduo dirige o seu veículo com velocidade superior a 80 quilômetros por hora, recebe multa pecuniária em sua casa, já que é possível ao satélite detectar o proprietário do automóvel. No entanto, a detecção do desmatamento da área é diferente. Se não se sabe quem é o dono de fato da área desmatada, para quem se envia a multa, a punição? Então, essa indefinição fundiária faz com que a lei também não possa ser aplicada adequadamente. Esse fato gera impunidade e a sensação de impunidade gera mais desmatamento. É por isso que a anistia para aqueles que desmataram ilegalmente até o ano de 2008 não pode ocorrer, já que ninguém que está na região estava desinformado acerca das consequências de seus atos. Todos os que desmataram, sabiam o que estavam fazendo. Promover, então, a anistia desses agricultores/pecuaristas é completamente imoral. É isso que alimenta o desmatamento: essa sensação de impunidade, ou seja, mesmo que haja punição, o criminoso sabe que será anistiado. Então, no meu entender, essa situação fomenta o desmatamento.